

---

JOSÉ REIS

Assistente da Faculdade de Economia  
da Universidade de Coimbra

## OS ESPAÇOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO — NOTAS SOBRE A REGULAÇÃO MACRO-ECONÓMICA E O NÍVEL LOCAL

---

13

*As formas actuais da relação da indústria com o espaço têm uma novidade resultante da transição em curso para um novo modo de regulação das economias, diferente do que foi dominante depois do pós-guerra. Procura-se neste texto mostrar que as inflexões mais recentes das configurações da indústria derivam de factores propriamente industriais e de factores inerentes aos meios locais onde aquela se inscreve. Dedicar-se uma especial atenção à caracterização do nível local e das mediações que o relacionam com a regulação macro-económica. Na análise da economia portuguesa, atribui-se um papel central aos movimentos locais de industrialização e, nessa base, utiliza-se um estudo de caso — o de Águeda — para mostrar um processo de adensamento de um sistema produtivo local.*

**E**STE texto parte de uma dupla preocupação e, por isso, desenvolve-se em dois registos — por um lado, propõe-se uma reflexão sobre a natureza das *articulações entre o espaço e a industrialização*, por outro lado, está bastante vinculado a algumas questões, ainda em aberto, sobre a *configuração espacial da economia portuguesa*.

Quanto ao primeiro tema, reconhece-se que a particular intensidade com que o problema se coloca hoje resulta de alguns traços de novidade que, a meu ver, estão ligados ao processo de transição entre modos de regulação económica<sup>(1)</sup> que se iniciou na década de setenta e à sua recen- tragem sobre os movimentos locais dos capitais<sup>(2)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> Uma reflexão mais detalhada sobre este tema faz-se em Santos, Reis e Marques (1986). Procura-se avaliar como na impossibilidade de manter o *circulo virtuoso* em que assentou, no pós-guerra, o crescimento das economias ocidentais, se constitui um novo modo de regulação onde sobressaem novas formas do processo produtivo, com fraccionamento do colectivo de trabalhadores; a ruptura com o modelo de consumo assente na estabilidade do rendimento salarial assegurada pelo Estado; o enfraquecimento da componente social do Estado e as novas formas de mobilização da força de trabalho, com acréscimo da precarização e da flexibilização da relação salarial.

<sup>(2)</sup> A questão dos movimentos locais do capital relaciona-se tanto com uma apreciação teórica sobre os fundamentos do capitalismo — cf., a este propósito, Aglietta e Bender (1984) — como com as perspectivas de desenvolvimento de raiz endógena (Stöher, 1984; Arocena, 1986).

### 1. Introdução

Relevante neste processo parece ser a consolidação, notória durante os anos oitenta, de uma tendência de «recomposição espacial das economias», com um lugar importante para o papel das formações sociais regionais de natureza, por assim dizer, intermédia (Reis, 1986a).

Procuro, neste âmbito, identificar algumas das *vertentes* que esta relação complexa inclui, propondo-me esboçar uma apreciação sobre as articulações espaciais da indústria no tempo curto que se iniciou no pós-guerra. Porque suponho que tem sido muito insuficiente a atenção concedida ao *nível local*, deter-me-ei na caracterização das suas autonomias e das mediações que o relacionam com as transformações dos factores envolventes exteriores.

Sobre o *caso português* ensaiarei uma análise, meramente exploratória, das vinculações espaciais da indústria, considerando particularmente pertinentes os *movimentos locais de industrialização*.

Estes últimos ocorrem principalmente no quadro de um dos perfis regionais da industrialização portuguesa — o do Litoral Norte e Centro. Neste sentido recorrerei a alguns elementos de um caso de estudo que venho a analisar no âmbito de uma investigação mais vasta, o do concelho de Águeda, procurando mostrar os processos de dinamização e adensamento de uma rede industrial local.

## 2. Um olhar sobre as articulações espaciais das economias

2.1 Uma das vertentes pelas quais se exprimem as relações espaço/industrialização está ligada ao poder de *mobili-dade* de certas unidades empresariais que, ao decidirem da sua localização, modelam elas próprias as estruturas espaciais. O que está em causa são movimentos de agentes, decisões racionais que tendem a aproveitar as diferenças entre as economias regionais — sejam diferenças quanto aos recursos naturais ou à distância, sejam (e então o problema é distinto) diferenças quanto aos custos salariais, à qualificação da força de trabalho ou aos modos dominantes de reprodução social.

A propósito deste assunto, objecto principal das teorias da localização<sup>(3)</sup>, é bem conhecido o papel modelador da grande empresa e da sua íntima ligação a uma tecnologia de produção em grandes séries onde era relativamente líquida a

<sup>(3)</sup> Várias contribuições têm sublinhado que não é possível «uma teoria da localização industrial autónoma», que tome como objecto uma «empresa abstracta» da qual se omitam as relações do seu comportamento espacial com o resto da economia (Massey, 1977:57).

A consideração de factores como o trabalho entre as primeiras influências sobre as decisões de localização (Cooke, 1983; Storper e Walker, 1983) é uma das vias para reintegrar as teorias da localização numa aproximação mais ampla das decisões locativas.

Aydalot (1984:56) constata que a crescente importância dos factores imóveis do desenvolvimento regional, marcados pela sua «localização ini-

fronteira entre as tarefas de direcção e concepção e as tarefas de execução. Como assinala Aydalot (1980:316), produz-se uma construção da divisão espacial do trabalho, isto é, «a empresa vai definir o espaço», quando é capaz de ultrapassar os limites espaciais da sua actividade corrente. Há então uma percepção do espaço e das suas diferenças que está muito relacionada com a mobilidade de agentes que dispõem de capacidade de regulação.

Foi neste quadro que se desenvolveu um conjunto muito marcante de análises sobre a configuração espacial da indústria entre o pós-guerra e a década de setenta. Mostrou-se principalmente que a indústria moderna, dotada de um modo de acumulação *intensivo* se articulou com o espaço de forma *extensiva* <sup>(4)</sup> (Lung, 1983). Atende-se, nesta argumentação, ao tipo dominante de tecnologia que caracterizou este período — o da mecanização taylorista, que permitia a produção standardizada de grandes séries e comportava a separação funcional das fases «nobres» de direcção e concepção — carentes de trabalho técnico qualificado — da fase de execução, que apenas necessitava de mão-de-obra abundante, mesmo sem experiência profissional. A esta *separação funcional* corresponde a possibilidade de *separação espacial*, e as empresas não deixaram de a aproveitar, deslocando estabelecimentos — e, portanto, fases do processo de produção — para regiões de mão-de-obra abundante e barata e alargando assim a geografia do emprego industrial.

A confirmação estatística deste movimento, quer ao nível da distribuição espacial do emprego, quer ao nível da sua natureza bipolarizadora (concentração do trabalho qualificado nas zonas centrais onde se verificavam economias externas e de aglomeração; dominância do trabalho desqualificado nas zonas para onde a indústria se descentralizou) tentou uma boa parte dos especialistas a propor a seguinte síntese: a indústria moderna tende a substituir uma organização territo-

---

cial» — força de trabalho, atitudes face à iniciativa, inovação, *savoir-faire* — aconselha a que se desvie a atenção de uma «teoria da localização da empresa» para uma «teoria do desenvolvimento dos meios».

Ainda neste âmbito, parece-me relevante o cruzamento da teoria da localização com a dos modos de reprodução social (cf. Reis, 1985:238).

<sup>(4)</sup> A designação de um regime de acumulação como *intensivo* ou *extensivo* resulta de, no primeiro caso, prevalecerem os processos de trabalho assentes na intensificação tecnológica e no trabalho qualificado — ou seja, no que classicamente se chama produção de mais-valia relativa — enquanto no segundo caso se trata de processos baseados na quantidade do trabalho e na duração da jornada de trabalho.

Uma relação *intensiva* com o espaço quer significar que as bases da economia são essencialmente regionais; uma relação *extensiva* aponta para o facto de as empresas não reconhecerem fronteiras espaciais ou enraizamentos regionais e, portanto, se moverem no espaço libertas de «factores imóveis».

rial — que se caracterizava por uma especialização regional à volta de ramos industriais ancorados na natureza local dos capitais e dos recursos — por uma outra em que estas estruturas regionais são desorganizadas pela sobreposição do novo esquema produtivo. Ou seja, uma geografia industrial que antes se centrava em bases regionais e locais (por isso era espacialmente *intensiva*, sendo em função das respectivas especializações que se dava a *articulação externa* entre regiões de que fala Lipietz<sup>(5)</sup>) tende a ser substituída por uma outra em que as indústrias dominantes apenas interpelam o espaço em termos de oferta de mão-de-obra, sem implicações de natureza inter-industrial, técnica e capitalística, dizendo-se a partir de aqui que a fase de acumulação intensiva é espacialmente *extensiva*.

2.2 Mas o problema das articulações entre espaço e industrialização é hoje particularmente pertinente quando se constata que uma boa parte dos processos industriais mais recentes emanam das regiões e são bastante diferenciados. Com a crise, redefiniu-se a capacidade concorrencial das economias locais (Camagni, 1984) e, relativamente ao tipo da pequena empresa, cujo papel na actual estrutura e processos industriais é crescente, tende, lapidarmente, a dizer-se que é o próprio «espaço que define a empresa».

Esta é, pois, uma outra vertente do problema inicial, em que se trata de reconhecer novos comportamentos espaciais, saídos do dinamismo dos *meios*. O que está principalmente em causa é que os vários espaços — isto é, as regiões ou os sistemas produtivos locais —, os vários contextos localizados, se dotam de diferentes capacidades de iniciativa e, por isso, ganham uma centralidade que relativiza o peso das formas de regulação macro-económica. É, aliás, nesta perspectiva que se tem notado a crescente importância das regiões intermédias, como é o caso, em Portugal, do Centro e Norte litoral (cf., por exemplo, Reis, 1985, ou Courlet e Silva, 1986).

A *espessura* — e, porventura, a vitalidade — destes espaços, necessariamente diferenciados, advém tanto dos quadros de vida, dos modos de reprodução social e da força de trabalho, como da matriz produtiva que aí está organizada.

2.3. Julgo que podem particularizar-se três correntes de análise que têm concorrido para a compreensão do actual reordenamento das economias.

---

(5) O espaço regional é o lugar dominante de valorização do capital e a especialização das regiões faz-se segundo ramos ou secções produtivas (Lung, 1983:446). A *articulação externa* consiste no facto de as trocas entre regiões se basearem numa especialização daquele tipo (Lipietz, 1977; 1980).

Uma atende principalmente às relações de trabalho e os seus desenvolvimentos principais dividem-se por duas versões: a pesquisa já muito vasta e de matriz principalmente anglo-saxónica sobre a segmentação dos mercados de trabalho e a «descontinuidade das sociedades industriais» (Berger e Piore, 1980); os contributos da «escola francesa» da regulação e da relação salarial (Boyer, 1986a e 1986b). Ambas têm integrado a dimensão espacial<sup>(6)</sup>.

Outra é muito influenciada pelos estudos sobre a «terceira Itália» e parte da determinação das articulações territoriais pelas estruturas sociais locais e pelo papel jogado pela família no mercado de trabalho e na iniciativa empresarial. Referi-la-ei mais adiante.

Uma terceira corrente, que pode considerar-se mais relacionada com a economia industrial, tem perspectivado as implicações espaciais das transformações dos esquemas produtivos industriais. Passarei a invocar de seguida alguns dos argumentos desta última contribuição.

Como ponto de partida, considerarei que algumas das hipóteses dominantes sobre a inscrição espacial dos modelos industriais do pós-guerra acabaram por se centrar em aspectos, sem dúvida os mais visíveis, que hoje se reconhecem limitados e transitórios. A discussão tem, assim, ultrapassado os limites necessariamente estreitos e, por isso, provisórios da síntese dos grandes movimentos.

No âmbito deste *argumento industrial* que pretendo invocar, P. Veltz (1986) chama particularmente a atenção, a partir do caso das indústrias eléctricas e electrónicas, para a produção em pequenas e médias séries, com forte valor acrescentado técnico e cujo factor-chave de comportamento espacial é, ao longo de todo o processo de produção, a mão-de-obra altamente qualificada. Este tipo de indústrias tem-se sempre concentrado em zonas dotadas de recursos adequados e, por isso, consolida uma relação intensiva, localizada, com o espaço. O *processo de produção completo* localiza-se num mesmo lugar e, deste modo, não tende a repetir indefinidamente o modo bipolarizador de organização espacial em que assentavam as análises precedentes. Ora este tipo de situações não é novo e marca desde há bastante tempo várias zonas industriais.

Acresce ainda que as transformações recentes da organização industrial apontam para a predominância qualitativa deste tipo de esquemas produtivos. Há na indústria um refluxo

<sup>(6)</sup> Não cabendo aqui proceder à sua análise nem ao seu relacionamento com as implicações de ordem espacial, remeto o leitor para Reis (1985:240-244).

para montante da intensidade das tarefas humanas. Em vez do predomínio de uma tecnologia separada — como é característico dos esquemas produtivos tayloristas que o fordismo absorveu, em que se dava um forte utilização de mão-de-obra (desqualificada) na fase final de execução — há lugar a uma tecnologia integrada, em que se produz uma nova articulação entre a concepção e a realização/execução dos produtos, sendo decisiva a utilização intensiva de mão-de-obra qualificada. Ao mesmo tempo, observa-se «a passagem de esquemas de organização sequenciais, baseados em comunicação fraca e processual, para esquemas de organização reticulares, com forte densidade de comunicação não processual» (Veltz, 1986:72).

Evidentemente que um esquema de produção industrial desta natureza não pode assentar as suas estratégias espaciais num cálculo de oportunidade transitório e quase exclusivamente baseado no custo do trabalho repetitivo. O papel central que antes, na industrialização «clássica», cabia à máquina como cristalização do trabalho passado e organizador do trabalho actual transfere-se agora, pelo menos em parte, para as possibilidades de acumulação do trabalho intelectual, isto é, para redes sociais que permitam a fluidez da informação, a cooperação técnica, o desenvolvimento de uma cultura técnica. E estas são condições localizadas.

A integração crescente investigação-concepção-fabrico, não se limitando ao quadro interno das empresas ou mesmo dos grupos, coloca também a questão das relações investigação pública-indústria, ou seja, da intervenção no sentido do adensamento intelectual do trabalho produtivo. «Estas transformações tendem a uma ancoragem territorial dos estabelecimentos (...) porque estas actividades requerem, para se implantar, certas características de enquadramento» (May, 1986:12)

### 3. Uma apreciação da economia portuguesa

Para a análise da diferenciação das dinâmicas espaciais da indústria em Portugal tenho vindo a usar como primeiro indicador a distribuição regional do investimento (Reis, 1985:226-227; 251-252). Pode, deste modo, constatar-se que a posição cimeira da região de Lisboa relativamente ao investimento industrial tem vindo a regredir. Com efeito, as regiões do Norte e do Centro detinham em 1977 45% do total e em 1980 a sua parte tinha passado para 55%. Lisboa diminuiu de 53% para 41% e o seu contributo para o acréscimo nacional foi de 4.2%, enquanto o do Norte foi de 17.6% e o do Centro 22.6%.

Ilustrando o modo desigual como, recentemente, a indústria se tem distribuído pelas diferentes parcelas do território nacional, João Ferrão (1986) mostra que são os espaços ime-

diatamente periféricos às áreas de industrialização mais antiga e as principais aglomerações urbanas dos distritos mais rurais que constituem a base física privilegiada daquele movimento.

Para além deste quadro de diferenciação, também outras aproximações exploratórias da configuração espacial da indústria denotam, com alguma clareza, que há uma vinculação regional dos padrões de industrialização e que as principais tendências de evolução ocorrem com o desenvolvimento de certas redes enraizadas localmente.

O próprio facto de o tecido industrial ser largamente dominado pelas pequenas empresas constitui um primeiro argumento para encarar as coisas deste modo. Com efeito, «dos 275 concelhos do Continente, a maioria esmagadora é hegemónizada por PME, já que as grandes empresas apenas têm participação relevante em poucas dezenas (36). Para além disso, em mais de metade dos concelhos a hegemonia pertence às pequenas empresas (139), o que exprime o grande impacto regional destas unidades» (Ferro Rodrigues e Lino Fernandes, 1986:19).

19

A adopção desta perspectiva resulta, por um lado, de se reconhecer pouca pertinência, para o caso português, à interpretação que encara os processos de alargamento da geografia industrial como a consequência — bipolarizada — da acção central e extensiva dos grupos ou das grandes empresas e, por outro lado, de se reconhecer que a regulação local dos processos de industrialização é relativamente significativa. Em abono deste pressuposto, que não poderei justificar em detalhe neste artigo, estará o facto, apontado nomeadamente por Ferro Rodrigues e Lino Fernandes (1986:35) de há mais de um década não ser notória a existência de grandes investimentos na indústria transformadora nacional que originassem novas grandes empresas nacionais capazes de substituírem os grupos nacionalizados.

Os distritos que, na década de oitenta, apresentavam uma feição mais marcadamente industrial são, por esta ordem, os de Aveiro, Braga, Porto, Setúbal e Leiria. O seu grau de industrialização<sup>(7)</sup>, isto é, a relação entre o seu peso no emprego industrial nacional e o seu peso populacional, é superior a 1, que representaria o nível de referência na hipótese teórica de haver uma igual distribuição da indústria pelo espaço nacional.

---

(7) Tomarei como indicador do grau de industrialização a relação entre a parte dos activos industriais distrital (ou concelhia) no total nacional (ou distrital) e a parte da população residente do distrito (ou concelho) no total nacional (ou distrital). Os valores apresentados são para 1981, por ter parecido preferível utilizar neste artigo os dados do Recenseamento Geral da População. Dispensar-me de recordar as limitações que esta opção implica.

Para além deste dado estrutural, interessa ainda atender às evoluções mais recentes. Entre 1950 e 1981, só três distritos, dos anteriormente referidos, revelaram crescimento deste indicador — Aveiro, Braga e Leiria —, mostrando que só aqui a dinâmica do emprego industrial é superior à do emprego nos outros sectores. Significativas de uma tendência para a perda de importância do emprego industrial são as evoluções registadas no distrito de Lisboa, que da feição claramente industrial que assumia em 1950 (índice 1.26) passa para um índice inferior à unidade em 1981 (0.96); no de Setúbal, que mantém um valor elevado (1.22) mas bastante inferior ao de 1950 (1.66), e no do Porto. A circunstância de se tratar de distritos com áreas metropolitanas permite associar esta evolução à tendência geral para o crescimento acentuado do emprego no terciário e para a diminuição relativa dos indicadores dos outros sectores. No entanto, este mesmo argumento serve para sublinhar o significado das evoluções de sentido crescente.

Os factores sectoriais de dinamização, isto é, os ramos que, em função desta evolução, ganham maior expressão dentro de cada distrito, revelam que em cada um deles se está perante dinâmicas industriais de raiz diferente e específica.

Assim, a evolução industrial do distrito de Aveiro está principalmente marcada pelo ramo da metalomecânica — em 1981 representa 27% do emprego industrial, contra 16% em 1950. O crescimento deste ramo dá-se em detrimento do peso do têxtil e vestuário e da madeira e cortiça.

Braga mantém, durante este período, uma estrutura do emprego industrial relativamente estável. Com o têxtil e vestuário a ocupar 69% dos activos industriais, é o mais especializado dos distritos do Continente.

Considerando a importância de cada ramo no emprego, pode dizer-se que o distrito de Leiria organiza a sua indústria à volta dos «produtos minerais não metálicos», que agrupam actividades tão importantes na sua economia como as indústrias do vidro, dos cimentos ou das cerâmicas. Contudo, em termos do crescimento registado, é assinalável o peso do ramo dos produtos químicos, principalmente através da indústria dos plásticos.

Estas indicações servem-me para sublinhar que, mesmo a nível distrital, a evolução industrial aparece principalmente determinada por uma rede de inter-relações cuja incidência se revela particularmente associada a uma malha industrial localizada.

Num plano mais vasto, tem-se analisado a matriz industrial nacional como estando basicamente organizada à volta



de dois padrões regionais reveladores de dois modos de consolidação industrial.

Um pode associar-se à região de Lisboa e caracteriza-se pela especialização na refinação de petróleo, nas indústrias químicas, no fabrico e montagem de material de transporte e num complexo agro-alimentar destinado ao processamento de alimentos importados (Figueiredo *et al.*, 1985). Trata-se de um padrão de industrialização com um tempo de consolidação cujo esgotamento ocorreu no início da década de setenta e que, por isso, foi «duramente atingido com a crise de inserção geoeconómica do país» (idem:449).

O outro é o padrão industrial das regiões litorais do Norte e Centro e integra muitas das actividades exportadoras do país, desde o têxtil e o vestuário aos produtos metálicos e material electrónico, e ainda certas indústrias em que, globalmente, o país é deficitário, como é o caso dos bens de equipamento e de consumo duradouro, designadamente máquinas e ferramentas para a indústria.

Este quadro de especialização industrial regional não se coaduna com uma situação de dicotomia ou polarização que separasse uma zona de elevada qualificação de uma outra onde tivessem guarida as fases desqualificadas da produção. Mas, além disso, corresponde-lhe uma diferença substancial no que se refere à articulação da indústria com o meio social onde se localiza.

O trabalho é o primeiro factor desta articulação que vinca a diferenciação espacial. A sua oferta forma-se sob condições de interacção social localizada e reflecte muito directamente diferentes modos de reprodução social. Mas também os próprios processos industriais, desde a iniciativa empresarial até às formas de trabalho industrial, relevam de factores inerentes a este quadro social.

As possibilidades de fragmentação da relação salarial, de que são exemplos a expansão do trabalho ao domicílio e até os efeitos perversos, hoje tão claros na sociedade portuguesa, como os da exploração do trabalho infantil e os da intensa utilização do trabalho feminino, jogam com o papel muito particular das relações da família com o mercado de trabalho.

A estrutura salarial (Reis, 1986c) compagina-se com o papel principal da agricultura na sociedade portuguesa — o da sua complementaridade face a rendimentos não agrícolas, agindo, assim, como esfera (produtiva) de reprodução da força de trabalho.

A natureza das redes e dos tipos de habitação é um factor articulado com certos sectores industriais em expansão que apelam para formas de pequena produção no espaço da residência.

Os «factores de suporte» das debilidades de uma economia semi-periférica contêm também elementos dinamizadores. Assim, por exemplo, as formas de sociabilidade locais — geradoras de relações horizontais entre os indivíduos — a natureza das economias familiares e a complementaridade da pequena agricultura podem constituir «factores de dinamização», que se tornam particularmente activos quando já há um quadro industrial relativamente aberto — isto é, dotado de capacidade de divisão ou especialização do trabalho industrial e, por isso, capaz de originar modos informais ou de pequena dimensão, por conta própria.

Estes elementos podem tornar-se mais visíveis com uma aproximação aos movimentos e às estruturas locais de industrialização.

Num plano em que, para além de um quadro geral de articulações com o meio rural, sobressaem os argumentos propriamente industriais de dinamização e adensamento do sistema produtivo local é interessante o caso de Águeda.

Trata-se de um concelho com 54% da população activa ocupada na indústria transformadora. A metalomecânica ocupa 66% da mão-de-obra industrial. Relativamente ao distrito de Aveiro, o seu grau de industrialização afere-se pelo índice 1.35 (1.29 em 1970). É principalmente na passagem da década de cinquenta para a de sessenta que se acentua o aumento do emprego industrial (a população activa no secundário passa de 23.8% para 38.0% e, em valores absolutos, de 2555 para 4739 pessoas). A partir de 1970 este concelho tem uma percentagem da população activa na indústria superior à do distrito.

Em traços muito largos, a *história industrial* de Águeda pode ser contada do seguinte modo. Trata-se de uma industrialização com raízes já fortes no início do século e que vai conhecendo sucessivas fases de reordenação<sup>(8)</sup>. Gira principalmente à volta da metalomecânica (as ferragens, no início,

---

<sup>(8)</sup> Primeiro terá sido a transformação de uma antiga tradição artesanal — o *Diccionario de Geographia Universal*, de 1878, indica a existência de «30 fabricantes de objectos de ferro de pequenas dimensões» como o dado mais saliente das indústrias locais, a par de outras referências mais correntes, como os moinhos, os fabricantes de azeite ou mesmo as fábricas de telha — em empresas de dimensão apreciável que beneficiaram da posição central da então vila na rede regional e mesmo nacional de comunicações e de uma relação privilegiada com o centro comercial que o Porto sempre foi, designadamente quanto ao ramo originário das ferragens. Os rendimentos da emigração transatlântica da época, já de si relacionada com os filhos de uma camada média de agricultores proprietários, é outro factor que se encontra em algumas biografias dos *pioneiros* do lançamento industrial.

Num período seguinte, durante as guerras, foi marcante o associativismo de produção entre os industriais de ferragens.

A expansão das indústrias do ciclismo assinala a década de cinquenta e está relacionada com a criação de empresas de grandes dimensões para

e as indústrias de bicicletas e motociclos, depois, são as actividades principais).

Na primeira década deste século tinham-se já formado duas empresas de significado importante e, na década de vinte, surgem neste ramo pelo menos mais cinco empresas também significativas. Entre estas estão algumas das que haveriam de ter um papel relevante na formação de várias gerações de trabalhadores industriais, podendo aliás dizer-se que esta industrialização não produz somente um alargamento da relação salarial, extraindo a mão-de-obra da esfera agrícola, havendo também lugar à formação de uma cultura industrial.

23

No pós-guerra, assinala-se um novo surto de constituição de empresas de ferragens, juntando-se-lhe agora um número já significativo de unidades do sector das bicicletas e motociclos. As décadas de sessenta e setenta confirmam a expansão destes sectores, acrescentando-se-lhe o de máquinas e ferramentas, tornearia, fundição, equipamentos e material eléctricos e mobiliário metálico, que de certo modo podem ser tomados como casos que representam a capacidade de diversificação do sector da metalomecânica.

Relativamente à margem deste processo, a década de cinquenta assinala também a expansão das indústrias de cerâmica, especialmente a cerâmica para construção, já que no campo da cerâmica artística se tinham instalado durante a segunda década e nos anos trinta algumas unidades importantes. Se bem que expressivas do ponto de vista do emprego e do investimento, as empresas do ramo da cerâmica para construção fazem apelo a uma mão-de-obra de características muito diferentes da que é mobilizada pela metalomecânica.

Em 1971 o Recenseamento Industrial indicava 298 estabelecimentos industriais, com 8414 trabalhadores<sup>(9)</sup>.

A recolha directa de informação facultou-nos valores muito diferentes, que dão uma imagem bastante clara de uma rede industrial muito densa, assente em unidades de dimensão e funções muito variadas. Para 1986 pude estimar<sup>(10)</sup> que existiam referenciadas mais de 700 unidades de produção industrial — cerca de 55% são do ramo da metalomecânica. Uma parte muito elevada são empresas em nome individual, o que

o meio. Além disso, e ainda no quadro da metalomecânica, representam um grande efeito de diversificação das capacidades de produção industrial.

A década de setenta assinala a expansão de novos produtos — material eléctrico, móveis metálicos, máquinas.

<sup>(9)</sup> A indicação destes valores não significa que eles se devam comparar directamente com os que se apresentam a seguir. De facto, é bom ter presente que entre as diversas fontes há necessariamente, pela sua natureza, diferenças significativas.

<sup>(10)</sup> Utilizei a informação inédita do Registo Nacional das Pessoas Colectivas, do Ministério da Justiça, corrigida por valores de que disponho por recolha directa.

aponta para uma propensão elevada para a iniciativa produtiva e para a pequena dimensão, articulada com as unidades mais «formais».

Uma outra investigação (Caetano, 1985), tinha concluído que em 1977 existiam em Águeda 276 estabelecimentos e que esse número passou para 424 em 1982, sendo particularmente significativa a evolução registada na metalomecânica, ao passar de 139 estabelecimentos para 234.

A informação de que disponho acerca da indústria deste concelho mostra com bastante evidência que a grande maioria das empresas, mesmo as iniciais e as de maior dimensão, são resultado da mobilização de recursos locais e que entre os novos empresários predominam os percursos de mobilidade que têm na base a aquisição de um nível de cultura industrial superior à média, devido à anterior ocupação, como assalariados, de cargos de supervisão junto da produção (encarregados, mestres, etc.) ou de lugares na esfera administrativa ou comercial. Uma situação típica é a que resulta de sociedades entre ex-empregados destas diferentes funções. Julgo por isso que se trata de uma situação cujo dinamismo remete para a cultura técnica e industrial criada por um meio industrial muito denso, onde a principal polarização resulta de um conjunto de empresas de um ramo com tendência diversificadora e com uma notável acção formadora.

Não tem significado a instalação de empresas estranhas aos capitais locais que para aqui se tivessem deslocado numa mera perspectiva de desconcentração, embora disponha de dados relacionados com a associação de capitais locais e de capitais exteriores, mas em que parece caber a estes a iniciativa da organização do processo industrial, sendo, por isso, eles próprios que optam pela instalação local. Foi-me argumentado que o conhecimento directo e a disponibilidade de mão-de-obra apropriada foi o factor decisivo dessa escolha. Mais do que conhecimento trata-se, provavelmente, de uma questão de sociabilidade — cultural e técnica —, pois não é raro que entre estes empresários se encontrem ex-assalariados ou pequenos patrões em mobilidade, numa já longa trajectória industrial.

Entretanto, o quadro de reprodução social assinala a *presença estável da agricultura* (cerca de 5000 explorações desde 1952), que influencia directamente a economia de cerca de metade das famílias locais. O seu peso contrasta de forma muito evidente com a população activa que este sector ocupa e revela que são muito fortes as estratégias de complementaridade, como aliás pude confirmar por inquérito directo junto de empresas industriais.

Ainda assim, um dinamismo industrial deste tipo não seria

compreensível se não assinalássemos o facto de a matriz industrial dominante permitir, e até promover, a divisão do trabalho e a especialização. A especialização de funções não só ocorre em vista das necessidades de empresas locais que carecem de componentes ou de equipamentos em que outras se especializaram, o que permite eliminar certas secções até há anos correntes no «organigrama» das empresas (os moldes ou as secções de ferramentas são exemplos frequentes), como ocorre face ao mercado «exterior» à região. O caso mais nítido deste processo dá-se, no entanto, no sector das bicicletas e motociclos, onde é notória a presença de um grande número de pequenas empresas especializadas em componentes e acessórios, vinculadas ao mais pequeno número de empresas de dimensão apreciável, que têm aliás entre si uma estrutura comercial comum.

A vinculação originária ao meio local permitiu, ainda, que as relações com o ambiente industrial exterior e com as suas evoluções tivessem principalmente desenvolvimentos locais.

Suponho que os elementos incluídos no ponto anterior justificam que se afirme que uma análise organizada a partir de um *princípio de regulação central* contém virtualidades que a tornam indispensável mas levanta também uma série respeitável de problemas. É por isso necessário e seguramente legítimo que se analise um modelo espacial da indústria para além da inscrição das estratégias racionalizadoras de agentes dotados de mobilidade e situados nos «lugares de comando» da acumulação económica. De facto, se por um lado é irrefutável que dificilmente se podem identificar as tendências mais marcantes de modelação do tecido económico sem nos apegarmos ao conhecimento dos movimentos estruturais a que aludi no início, também parece certo que certos processos, como este da configuração espacial da indústria, necessitam de fazer apelo a múltiplas vertentes, situadas a níveis diferentes de intervenção, mas cuja força modeladora é muitas vezes decisiva.

Um problema permanentemente em aberto é o que consiste em atribuir uma ponderação judiciosa ao nível regulador central e aos níveis «inferiores» com que aquele inevitavelmente se articula.

Com efeito, se admitimos que as recentes alterações industriais se repartem desigualmente pelos diferentes espaços, e se concordarmos que os «itinerários» seguidos não são linearmente determinados pela lógica do capital» (que só em abstracto se pode supor estritamente centralizada), então importa conhecer quais são os elementos internos constitutivos das estruturas económicas e sociais locais que têm

#### **4. O local: autonomias e mediações**

assumido maior relevo no processo de recomposição espacial e que *variáveis de mediação*, constituintes de um nível *meso-económico*, é necessário controlar para conjugar a pluralidade de factores micro-económicos e micro-sociais que as «realidades empíricas» nos oferecem. A ideia é, evidentemente, ultrapassar uma visão *localista*, que seria inevitável se se centrasse a análise só nestes últimos tópicos, sem reduzir a diferenciação local a um produto dos mecanismos pelos quais se organiza centralmente a divisão espacial do trabalho.

Não sendo legítimo, como espero demonstrar, que se alinhem os movimentos locais por um esquema interpretativo único, parece-me contudo possível tipificar temáticas que permitam analisar a sua diversidade.

Há duas vertentes principais que me parecem reflectir o interesse pela análise local (para maior desenvolvimento, cf. Reis, 1986b). Em primeiro lugar, o facto de as formações nacionais se apresentarem regionalmente diferenciadas deixa supor, para além de outros factores conhecidos, modos de regulação local cuja especificidade me parece resultar principalmente dos factores que incidem sobre o **mercado de trabalho**. O *lado da oferta* revela a natureza da organização familiar e a modelação do funcionamento económico pela esfera da reprodução social. Apela, por isso, para o conhecimento das modalidades de reprodução da força de trabalho e da maneira como as famílias regulam a vinculação dos seus membros aos mercados de trabalho. O *lado da procura* evidencia a natureza do sistema produtivo, das formas empresariais e dos processos de evolução da matriz produtiva.

A referência ao mercado de trabalho não se limita, aliás, a invocar as análises do âmbito da economia do trabalho, mesmo as que constituem os seus desenvolvimentos mais recentes, com as teorias da segmentação e da descontinuidade (Berger e Piore, 1980; Cooke, 1983) ou a dos mercados locais de trabalho e dos sistemas locais de emprego (Mallet, 1980). Apela também para a análise das próprias estruturas industriais locais, dos seus modos de mobilização da força de trabalho, dos processos de adensamento das relações inter-industriais, dos tipos de mão-de-obra que requerem, das actividades em que competem no mercado nacional e internacional.

Em segundo lugar, a pertinência do local é evidenciada pelo modo como se dão as articulações entre este nível e os diferentes aspectos da envolvente externa. A presença de uma **estrutura social** específica, com formas próprias de regulação e de racionalidade, *reordena* a nível local a inter-relação com os espaços mais vastos, pelo que o «produto final» nunca é o resultado linear da dominação de um polo.

Penso que vale a pena, aqui, uma referência a alguns dos mais significativos trabalhos sobre as sociedades de economia difusa do Nordeste e do Centro de Itália. Tem-se insistido (Paci, 1980 e 1982; Fuà e Zacchia, 1983) no facto de esta modalidade de industrialização ter partido de uma matriz social caracterizada pelo predomínio das profissões autónomas, de uma massa de trabalhadores sem emprego suficiente na agricultura mas que resistem a afastar-se definitivamente do lugar de origem, onde, entretanto, a integração nas empresas familiares e artesanais ou na actividade agrícola lhes deu «experiência de gestão», «espírito de iniciativa» e «sentido de responsabilidade». O suporte que a «socialização na família agrícola autónoma» (Bagnasco 1983:154) garante traduz-se ainda no financiamento das novas empresas, do seu crescimento e da sua propagação (Fuà e Zacchia, 1983). Na conclusão de Bagnasco (Idem:153), «a família de origem camponesa é o centro da estrutura complexa: a indústria apresenta-se no território em função da deslocação deste tipo originário de família».

Ao insistirem nos aspectos que indiciam uma elevada integração social, estes contributos elucidam sobre a capacidade de estruturação específica destas economias locais. O que provavelmente esta corrente deixa menos claro são os níveis intermédios pelos quais se dá a mediação entre este movimento micro-social, que as estratégias familiares representam exemplarmente, e os movimentos detectáveis nos processos económicos designadamente no processo de industrialização.

Creio que é muito pertinente a crescente convicção (Bagnasco, 1984) de que as estratégias de descentralização das grandes empresas não são o factor explicativo principal para o dinamismo e para a posição ocupada pelas regiões intermédias. Ainda assim, a compreensão destes processos há-de apelar para esquemas interpretativos que esclareçam os *desenvolvimentos* das capacidades de regulação local que atribuímos aos factores que caracterizam o mercado de trabalho e as estruturas locais reordenadoras dos estímulos externos — isto é, há-de mostrar como se estabelece a *mediação* entre certas condições locais e o reordenamento macro-económico. A título meramente exploratório, e pensando no caso português, tentarei caracterizar três planos que me parecem, ser não só enquadrados do nível estritamente local como ainda planos de apreensão dos movimentos económicos de mediação que se situam entre a reordenação macro-económica e as capacidades de iniciativa locais.

Parto do princípio que os **mercados locais de trabalho**, no sentido em que os caracterizei anteriormente, e as **estruturas**

**sociais locais** constituem já um plano de enquadramento do nível micro-social. Há contudo que o especificar e julgo que isso pode ser feito através da análise das economias industriais, dos modos regionais de reprodução social e dos agentes colectivos locais.

No plano das **economias industriais**, é relevante considerarmos o tipo de rede empresarial existente e o modo como se constitui. As *histórias industriais locais*, ao permitirem analisar o tempo e a natureza dos processos de consolidação e constituição da malha empresarial podem esclarecer a existência ou não de formas de adensamento local das relações inter-industriais, o grau de qualificação da mão-de-obra e de formação que a indústria promove, o grau de cultura industrial que caracteriza o meio. Parece-me que este é um plano decisivo para distinguir as situações em que há uma real capacidade de estruturação e de negociação por parte das economias locais daquelas em que o local detém somente capacidade de reacção ao estímulo externo.

Por outro lado, é importante saber se a malha empresarial se consolida à volta de um sector industrial dominante dotado de capacidade industrializante e de diversificação. Será isto que permite distinguir as situações de mono-indústria, sem capacidade de repercussões industriais locais e muito dependentes do mercado de um produto e da evolução de uma certa tecnologia, daquelas situações em que se organiza um sistema produtivo local.

A consolidação de certos **modos regionais de organizar a reprodução social**, nomeadamente a sua vinculação a uma actividade de natureza produtiva, como é a pequena agricultura complementar, e a sua inscrição numa determinada rede urbana, em geral uma rede de pequenos centros dotados de funções centrais e sem deseconomias de aglomeração, oferece a possibilidade de apreciar mais desenvolvidamente as estratégias que se centram ao nível familiar. No caso português, a capacidade de estruturação da região litoral Norte e Centro tem chamado a atenção por razões relacionadas não só com as suas economias industriais como também com a forte articulação entre a pequena agricultura e o tecido industrial. Sem me deter muito neste ponto, quereria sublinhar que este papel enquadrador das trajectórias económicas dos sectores não-agrícolas assume uma natureza estrutural numa sociedade como a portuguesa. No entanto, o facto de ele ser localizado, isto é de ser muito mais característico em certas regiões, faz dele um elemento central, mediador, das articulações territoriais de uma economia segmentada.



Finalmente, o terceiro elemento importante de mediação parece-me ser a **acção dos agentes colectivos locais**. Penso quer na «classe empresarial», mesmo sem representação orgânica própria, a que a consolidação de um quadro industrial já tenha dado capacidade de «movimentação», quer no associativismo industrial, quer em agentes autárquicos. Deve reconhecer-se que ou um sistema produtivo local se consolidou durante um processo longo, originando alguma capacidade de regulação local ou regional, ou o jogo de descentralização industrial não corre livremente entre as regiões, carecendo por isso da intervenção de agentes como, por exemplo, as autarquias<sup>(11)</sup> ■

---

<sup>(11)</sup> Um caso que me parece bastante elucidativo do papel das autarquias no accionar de meios locais para promoverem o emprego industrial é o de Arganil. A sua expansão muito recente parece-me ilustrar uma situação de claro déficit industrial em que, obviamente, não se podiam esperar desenvolvimentos do género do de Águeda. Diferentemente, parece-me que estamos perante uma resposta industrial a transformações que são principalmente evidentes no plano demográfico com a quebra da acentuada tendência para o êxodo populacional.

A localização de uma empresa multinacional cuja laboração em Portugal deriva do acordo entre o Estado Português e a Renault, a instalação de três empresas do ramo do vestuário e a evolução no sentido da fabricação, por uma empresa local, de sistemas de utilização de energia solar e de recuperação de calor, são os aspectos mais característicos da história recente da indústria de Arganil.

Para promover a instalação local destas indústrias, a Câmara Municipal propôs-se uma *acção substitutiva* baseada em facilidades e incentivos relacionados com terrenos e instalações e no apelo à formação profissional.

Das virtualidades e dos limites deste caso, que venho estudando também no quadro de uma investigação mais ampla, não é possível, por questões de tamanho, dar conta neste artigo.

José  
Reis

### Referências Bibliográficas

- 30
- |                                           |       |                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aglietta, M.;<br>Bender, A.               | 1984  | <i>Les Métamorphoses de la Société Salarial — La France en Projet</i> , Paris, Calmann-Levy                                                                         |
| Arocena, J.                               | 1986  | <i>Le Développement par l'Initiative Locale — Le cas Français</i> , Paris, L'Harmattan                                                                              |
| Aydalot, P.                               | 1980  | <i>Dynamique Spatiale et Développement Inégal</i> , Paris, Económica                                                                                                |
| Aydalot, P.                               | 1984  | «A la recherche des nouveaux dynamismes spatiaux» in Aydalot, Philippe (ed.), <i>Crise &amp; Espace</i> , Paris, Económica                                          |
| Bagnasco, A.                              | 1983  | «Il contesto sociale», in Fuà, Giorgio e Zacchia, Carlo (1983), <i>Industrializzazione Senza Fratture</i> , Bologna, Il Mulino                                      |
| Bagnasco, A.                              | 1984  | <i>Tre Italie — La problematica territoriale dello sviluppo italiano</i> , Bologna, Il Mulino                                                                       |
| Berger, S.;<br>Piore, M.                  | 1980  | <i>Dualism and Descontinuity in Industrial Societies</i> , Cambridge University Press                                                                               |
| Boyer, R.                                 | 1986a | <i>La Théorie de la Régulation — une analyse critique</i> , Paris, La Découverte                                                                                    |
| Boyer, R.                                 | 1986b | <i>La Flexibilité du Travail en Europe</i> , Paris, La Découverte                                                                                                   |
| Caetano, L.                               | 1986  | <i>A Indústria no Distrito de Aveiro</i> , Coimbra, CCRC                                                                                                            |
| Camagni, R.                               | 1984  | «Les modèles de restructuration économique des régions européennes pendant les années 70» in Aydalot, Philippe (ed.), <i>Crise &amp; Espace</i> , Paris, Económica  |
| Cooke, P                                  | 1983  | «Labour market discontinuity and spatial development», <i>Progress in Human Geography</i> , Vol. 7, 4                                                               |
| Courlet, C.;<br>Silva, M. R.              | 1986  | «Transitions industrielles en Espagne et au Portugal», <i>O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica</i> (Vol. I), Lisboa, CISEP |
| Ferrão, J.                                | 1986  | «Indústria e Valorização do Capital — uma análise geográfica», Lisboa, Centro de Estudos Geográficos                                                                |
| Ferro Rodrigues,<br>E.; Lino<br>Fernandes | 1986  | <i>As PME</i> , IAPMEI, Lisboa                                                                                                                                      |
| Figueiredo, C.,<br>et al.                 | 1985  | «Especialização internacional, regulação económica e regulação social — Portugal: 1973-83», <i>Análise Social</i> , Vol. XXI, 87-88-89                              |
| Fuà, G.;<br>Zacchia, C.                   | 1983  | <i>Industrializzazione Senza Fratture</i> , Bologna, Il Mulino                                                                                                      |

- |                                                |       |                                                                                                                                                                                                                                       |    |
|------------------------------------------------|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Lung, Y.                                       | 1983  | «Regimes d'accumulation et dynamiques spatiales du capital: quel statut pour la région?», <i>Revue d'Economie Régionale et Urbaine</i> 3                                                                                              |    |
| Lipietz, A.                                    | 1977  | <i>Le Capital et son Espace</i> , Paris, Maspero                                                                                                                                                                                      |    |
| Lipietz, A.                                    | 1980  | «Inter-regional polarisation and the tertiarisation of society», <i>Papers on Regional Science Association</i> 44                                                                                                                     |    |
| Mallet, L.                                     | 1980  | <i>Le Marché Local du Travail — Critiques d'une concept et propositions</i> , Paris, Éditions du CNRS                                                                                                                                 |    |
| Massey, D.                                     | 1977  | «A critical evaluation of industrial-location theory» in Peet, R. (ed.), <i>Radical Geography</i> , Londres, Methuen                                                                                                                  | 31 |
| May, N.                                        | 1986  | «Constitution d'un regard — Fordisme et localisme», <i>Les Annales de la Recherche Urbaine</i> , 29                                                                                                                                   |    |
| Paci, M. (ed.)                                 | 1980  | <i>Famiglia e Mercato del Lavoro in un Economia Periferica</i> , Milão, Franco Angeli                                                                                                                                                 |    |
| Paci, M.                                       | 1982  | <i>La Struttura Sociale Italiana — costanti storiche e trasformazioni recenti</i> , Bologna, Il Mulino                                                                                                                                |    |
| Reis, J.                                       | 1985  | «Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura — para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução», <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 15/16/17                                       |    |
| Reis, J.                                       | 1986a | «Modos de regulação regional, iniciativa empresarial local e pequena agricultura complementar», <i>O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica</i> (Vol. II), Lisboa, CISEP                         |    |
| Reis, J.                                       | 1986b | «A recolha de informação não-estatística em economia», in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), <i>Metodologia das Ciências Sociais</i> , Porto, Afrontamento                                                          |    |
| Reis, J.                                       | 1986c | «Salários industriais e agricultura complementar» [1983] in <i>Estudos Económicos e Jurídicos</i> , Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda                                                                                           |    |
| Santos, B. S.;<br>Reis, J. e<br>Marques, M. M. | 1986  | «O Estado e as transformações recentes da relação salarial — a transição para um novo modelo de regulação da economia», <i>O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica</i> (Vol. II), Lisboa, CISEP |    |
| Stöhr, W.                                      | 1984  | «La crise économique demande-t-elle de nouvelles stratégies de développement régional? — Vers un nouveau paradigme du développement régional» in Aydalot, Philippe (ed.), <i>Crise &amp; Espace</i> , Paris, Economica                |    |
| Storper, M.;<br>Walther, R.                    | 1983  | «The theory of labour and the theory of location», <i>International Journal of Urban and Regional Research</i> , Vol. 7, 1                                                                                                            |    |
| Veltz, P.                                      | 1986  | «L'espace des industries électriques et électroniques», <i>Les Annales de la Recherche Urbaine</i> , 29                                                                                                                               |    |